



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal TIRADENTES DO
SUL

CNPJ 94.726.320/0001-77 fin@tiradentesdosul.rs.gov.br

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 80/2023

Dispõe sobre a programação financeira e o cronograma de desembolso do Poder Executivo municipal para o Exercício Financeiro de 2023.

Considerando a Lei Complementar nº **101**, de 05 de maio de 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê, em seu art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e o art. 13, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;

Considerando as normas de escrituração previstas na Lei **4.320**, de 1964 e no art. 50 da Lei Complementar nº **101**, de 2000;

Considerando a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de gestão Fiscal, da Lei Complementar nº **101**, de 2000, nos arts. 52 a 54, DECRETA:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso da Administração Direta do Município, consoante o art. 8º da Lei Complementar nº **101**, de 2000, e a Lei de Orçamento do Município.

§ 1º Fazem parte integrante deste Decreto:

I - Anexo I – Cronograma mensal de desembolso

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal TIRADENTES DO SUL

CNPJ 94.726.320/0001-77 fin@tiradentesdosul.rs.gov.br

Art. 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas, destina-se a:

- I - assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;
- II - identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;
- III - servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não-atingimento dos resultados fiscais nominal e primário previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme art. 4º, §1º da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- IV - possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário e financeiro;
- V - permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o art. 50, II, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- VI - fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme art. 5º, III, "b" da mesma Lei;
- VII - permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;
- VIII - permitir ao Município o cumprimento, em ordem cronológica de vencimentos, dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e a prestação de serviços com o Poder Público;
- IX - viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, art. 14, 16 e 17.
- X - possibilitar o desmembramento da receita em metas mensais de arrecadação e quando cabível, em separado, as medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, em atendimento ao art. 13 da LRF.

CAPÍTULO III

DA METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º As metas de arrecadação e a programação da despesa deverão ser revistas bimestralmente com vistas a adequar o planejamento à receita realizada.

§ 1º Para efeitos de padronização de procedimentos não serão realizados empenhos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal TIRADENTES DO SUL

CNPJ 94.726.320/0001-77 fin@tiradentesdosul.rs.gov.br

por estimativa, devendo ser emitidos apenas no mês de competência da despesa.

§ 2º Os créditos adicionais, os bloqueios e as liberações, bem como as reestimativas da receita, importarão em revisão dos anexos deste Decreto.

CAPÍTULO IV DOS DESEMBOLSOS

Seção I Dos Critérios Para os Desembolsos

Art. 4º As exigibilidades inscritas na contabilidade do Poder Executivo no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos, de acordo com o vínculo de recursos, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, art. 5º

§ 1º A observância da ordem de que trata o caput poderá ser alterada:

- I - para os pagamentos de adiantamento de despesas e diárias;
- II - para pequenas despesas, assim entendidas as que tenham valor igual ou inferior a 5% do limite de que trata o art. 24, II da Lei nº 8.666, de 1993;
- III - nos casos em que decorram vantagens financeiras para o Erário, como descontos e abatimentos iguais ou superiores a 5% do valor a pagar;
- IV - nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;
- V - no pagamento de sentenças judiciais e precatórios.

Art. 5º A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no art. 40, XIV, "b" e art. 55, III, da Lei 8.666, de 1993, deverão obedecer ao fluxo de caixa do órgão/entidade.

Seção II Dos Repasses Financeiros Para o Poder Legislativo

Art. 6º Os repasses financeiros ao Poder Legislativo serão efetuados até o dia vinte de cada mês, em conta bancária específica para esta finalidade em nome e movimentação daquele Poder, conforme cronograma elaborado pelo Legislativo.

§ 1º Em caso de o Poder Legislativo não elaborar o seu cronograma de desembolso mensal, para efeitos de repasse, será utilizado o sistema de duodécimos iguais e sucessivos, sendo repassado 1/12 mensalmente do valor do orçamento da Câmara.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal TIRADENTES DO SUL

CNPJ 94.726.320/0001-77 fin@tiradentesdosul.rs.gov.br

§ 2º Ao final do exercício, após deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro relativo aos valores da Câmara e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo ou contabilizados como adiantamento de valores para o próximo exercício.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 7º A Secretaria de Fazenda e Desenvolvimento Econômico, através do departamento de Contabilidade ficará responsável pela coordenação, planejamento e acompanhamento deste Decreto, procedendo a todas as alterações na programação.

Parágrafo único. A limitação de empenho e movimentação financeira deverá obedecer aos critérios previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e ser indicada pelas respectivas Secretarias.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretário Municipal quanto à sua pasta.

Art. 9º A fiscalização do presente Decreto fica a cargo da Unidade de Controle Interno.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tiradentes do Sul/RS, aos 06 de dezembro de 2023.


Alceu Diel
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


Carla Cristina de Jesus Ferreira
Secretária de administração

